

I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

POPULAÇÃO NEGRA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO ESPAÇO URBANO BRASILEIRO

Sessão temática 01 – Questão social e questão étnico-racial

Marília dos santos Cerqueira
e-mail: mariliacerqueira09@gmail.com
Universidade Federal de Sergipe ¹

RESUMO

Este artigo objetiva analisar como o racismo estrutural no sistema capitalista impacta a população negra no acesso ao espaço urbano no Brasil. A pesquisa utiliza o método materialista-dialético para investigar a segregação socioespacial como expressão da questão social, abordando a formação socio-histórica brasileira, a exclusão da população negra no pós-abolição e o papel do Estado na manutenção das desigualdades. A abordagem adotada foi qualitativa, com natureza descritiva, teórica e explicativa. No contexto urbano, o espaço é transformado em mercadoria a serviço dos capitalistas, reproduzindo desigualdades, marginalização racial e de classe. A formação socio-histórica do Brasil, marcada pelas lutas negras, resulta na construção de ocupações, morros e periferias como estratégias de sobrevivência e enfrentamento à segregação imposta pelo capital.

PALAVRAS-CHAVE: Racismo estrutural; Segregação socioespacial; Questão social; Espaço urbano; População negra;



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA.

Esta pesquisa pretende contribuir para as lutas e resistências da população negra que enfrenta as crises capitalistas no espaço urbano, as quais impactam de forma mais aguda as expressões da questão social, frutos da relação entre capital e trabalho e do processo histórico e social brasileiro. Nesse sentido, observa-se que o acesso à terra, à habitação, ao espaço urbano e, em sua totalidade, ao direito à cidade, apesar dos avanços da Constituição Cidadã, não é garantido de forma igualitária, seja em termos de proteção social, seja em acesso a direitos e políticas públicas, sendo atravessado pelas questões de classe e raça.

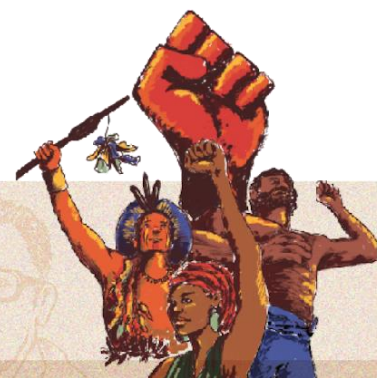
O estudo desenvolveu-se a partir de pesquisa bibliográfica e documental, utilizando o método materialista-dialético e abordando o racismo como elemento estrutural e estruturante do sistema capitalista, que se manifesta na segregação socioespacial, na expropriação do trabalho e na concentração de riqueza, indicando as desigualdades e a discriminação como resultantes do processo histórico.

Verazmente, houve, e ainda há, entraves para desenvolver debates e reflexões acerca do pensamento crítico articulado ao racismo. Contudo, é de suma importância refletir sobre o campo das relações sociais organizadas historicamente, os contextos econômicos, sociais, políticos e as transformações do espaço urbano, que moldam a conjuntura e impactam diretamente aqueles e aquelas que dependem da proteção social para a redução de vulnerabilidades, num cenário onde tais transformações constituem formas de dominação econômica voltadas à manutenção da hegemonia capitalista.

De acordo com o Núcleo de Inovação Social em Políticas Públicas (2024), pessoas negras (pretos e pardos) representam 55,5% da população brasileira, mas correspondem a 68,6% das inscrições no Cadastro Único (CadÚnico), o que evidencia que a identificação das desigualdades sociais e econômicas está mais fortemente atrelada a perfis de pessoas negras.

Historicamente, no pós-abolição, os/as ex-escravizados/as foram jogados/as à própria sorte, excluídos/as do mercado formal. Fernandes (1964) pontua que a autonomia da liberdade não foi garantida à população negra. Ainda no século XIX, ocorre o processo de higienização disseminado pela escola de Nina Rodrigues, citado por Paterniani (2016, p. 4) na obra de Gilberto Freyre como “[...] uma estratégia de branquidade”, referindo-se à defesa de uma suposta “democracia racial” ancorada na formação social brasileira.

Contrapondo-se a Freyre, Fernandes (1964) destaca que o racismo é resultado do processo de escravidão, e poderia ser superado com uma nova ordem social, visto que “[...] a ordem social competitiva não possuiu suficiente vitalidade para absorver os velhos padrões senhoriais de relações entre “brancos” e “negros” [...]” (Fernandes, 1978), ou seja, mesmo com o fim legal da escravização, as pessoas negras continuaram submetidas a processos de subalternização e inferiorização.



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

Já no século XX, durante a transição da mão de obra escrava para a mão de obra livre, em um contexto de profundas transformações políticas e econômicas, o êxodo rural e o crescimento populacional tornaram-se cada vez mais expressivos. O uso do espaço urbano passou a privilegiar a industrialização e seu desenvolvimento, ao mesmo tempo em que o aprofundamento da vulnerabilidade e do empobrecimento se materializava nos centros urbanos. Além disso, o Estado desempenhou papel central na política de embranquecimento e no financiamento da imigração europeia (Martins, 2022).

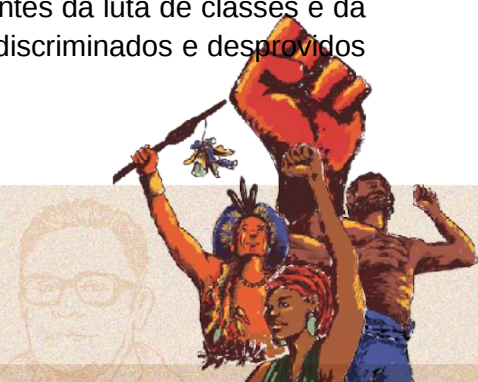
Segundo Martins (2022, p. 6), "a presença do racismo nos processos que demarcam a transição do trabalho escravo ao trabalho livre tem, na ação do Estado, no que se operou como política de imigração, a sua manifestação mais incisiva, principalmente porque o mito de "democracia racial" vai ocultar os traços do racismo não apenas na sociedade, mas, inclusive, e fundamentalmente, nas ações do Estado".

Tal aspecto faz refletir sobre a heterogeneidade da classe trabalhadora e das expressões da questão social e racial. Nesse cenário, o espaço torna-se uma mercadoria a serviço da economia para a (re)produção do capital (Santos, 2018). Assim, Santos (2018, p. 13) pontua que "ele é, portanto, dimensionado pela história, com especificidades próprias de cada escala, de acordo com a forma com que cada sociedade se reproduz, e é resultado do modo de produção capitalista." Logo, o espaço é transformado em função do capital, reproduzindo o sistema capitalista que sobrevive através das desigualdades.

Com isso, o espaço urbano tornou-se elemento de disputa e afastamento da população negra, com o respaldo de aparatos legais como a Lei de Terras de 1850, que, embora destinada à produção rural de subsistência, eliminou a perspectiva de independência econômica para a população negra, excluindo-a do campo e da cidade (Theodoro, 2022). Anteriormente, sob o regime das sesmarias, de acordo com Theodoro (2022, p. 239), "negros e mestiços foram aliados da distribuição das terras sob o regime das sesmarias. Buscava-se a seletividade, tendo como critério a origem europeia." Dessa forma, a população negra foi afastada dos centros urbanos e do trabalho formal de forma direta e indireta, integrando o exército industrial de "reserva da reserva" (Martins, 2022) O processo de escravidão foi essencial para a intensificação do consumo e da manutenção da ordem capitalista, uma vez que, quanto maior o exército industrial de reserva, maior a extração de valor.

A população negra, diante dos marcos históricos da luta por sobrevivência, como a resistência dos quilombos, a Conjuração Baiana (1798), a Revolta dos Malês (1835), a Balaiada (1838-1841) e a Revolta da Chibata (1910), protagonizou importantes lutas por dignidade. Posteriormente, a construção involuntária de morros, periferias, ocupações irregulares e assentamentos nas cidades tornou-se símbolo dessa resistência contra a exclusão, mas continuam sendo as maiores vítimas das expressões da questão social como segregação socioespacial e aprofundando as desigualdades sociais e econômicas.

Por isso, é fundamental compreender a divisão de classe no contexto espacial, bem como o controle e a segregação socioespacial em áreas urbanas, resultantes da luta de classes e da marginalização de bairros periféricos, geradores de pauperização, discriminados e desprovidos



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

de proteção social estatal seja em saneamento básico, iluminação pública, transporte coletivo, estrutura habitacional, entre outros direitos sociais.

Dessa forma, destaca-se que, conforme Iamamoto (1983), as expressões da questão social são manifestações da vida cotidiana que refletem as mazelas do capitalismo. Assim, a relação entre o sistema capitalista, a formação socio-histórica do Brasil e suas particularidades, bem como a má distribuição de riquezas, resultam na subalternização de corpos invisibilizados.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar como o racismo estrutural, articulado ao sistema capitalista, impacta o acesso aos direitos da população negra no espaço urbano brasileiro, por meio da segregação socioespacial. Como objetivos específicos, propõe-se: analisar a formação socio-histórica do Brasil e suas particularidades; compreender a relação entre racismo, capitalismo e a produção da segregação socioespacial no país; e averiguar as expressões da questão social relacionadas às lutas da população negra por direitos urbanos.

O estudo justifica-se com base na contribuição de Negri (2008), que caracteriza as desigualdades socioeconômicas e espaciais no Brasil como produtos do sistema capitalista, alinhados aos interesses do capital. Negri também discute a reprodução da questão social e a omissão do Estado diante das violações de direitos. Domingues (2007) enfatiza a falta de transparência e a ausência estatal, que perpetuam a negligência em relação aos indivíduos marginalizados.

A abordagem adotada foi qualitativa, com natureza descritiva, teórica e explicativa. Os principais temas de análise incluíram as expressões da questão social, o espaço sócio-ocupacional e a população negra.

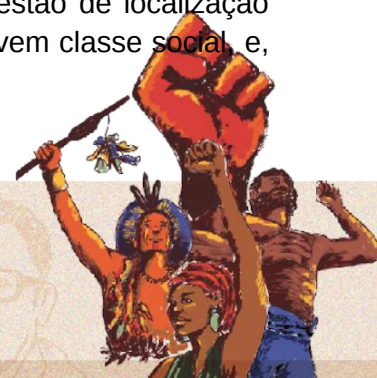
RESULTADOS

Diante de um cenário calcado nas desigualdades sociais, raciais e espaciais, pode-se afirmar que a transição do trabalho escravo para trabalho livre, imigração europeia, os impactos nos contornos direcionados a população negra, o papel do estado, industrialização e o mito da democracia racial, influenciaram no direcionamento da população negra na contemporaneidade para áreas ignoradas pelo capital pelo seu péssimo acesso aos centros da cidade, expressando-se como segregação socioespacial que influi lugares distantes dos centros urbanos.

No interior da reprodução dos preconceitos e toda forma de violência oriunda da escravidão, a localização espacial reforça o aprofundamento das desigualdades que reflete o (des)planejamento urbano brasileiro a serviço dos empreendimentos geradores de lucros.

As populações negras, na sua maioria ex-escravizados ou descendentes, foram deslocadas para as periferias, frequentemente em condições precárias de moradia, infraestrutura e serviços. Esses espaços urbanos periféricos, caracterizados pela pobreza e pela falta de recursos, passaram a ser simbolicamente e fisicamente associados à segregação socioespacial, com a exclusão das populações negras dos centros urbanos e das melhores condições de vida.

A (re)produção do espaço urbano, portanto, não foi apenas uma questão de localização geográfica, mas uma reprodução das desigualdades estruturais que envolvem classe social e,



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

especialmente, raça. Ao longo do processo de urbanização e industrialização, a questão racial se manifesta de maneira explícita nas disparidades de acesso à terra, moradia, educação, emprego e, mais amplamente, à cidadania plena, contribuindo para a perpetuação das divisões sociais no espaço urbano. Para Lefebvre, conforme citado por Limonad (1999, p. 72), o significado de urbanização “seria a condensação de processos sociais e espaciais que permitiram ao capitalismo se sustentar e reproduzir suas relações essenciais de produção”; para manter esse modo de produção, seria necessário criar continuamente um espaço social que reprodução de sua lógica.

Assim, a produção do espaço urbano envolve diversos elementos vinculados à lógica da mercadoria, resultando em malhas urbanas hierarquizadas e disputadas, que reflete o modelo de produção capitalista, culminando em contradições e segregação de bairros/luagres específicos. Além disso, há carência de equipamentos públicos e dificuldades no acesso a direitos, tornando o alcance da justiça social um desafio em meio ao neoliberalismo acentuado e ao papel do Estado, que regula a economia capitalista ao promover a estrutura necessária para a expansão e conservação do capital, muitas vezes em detrimento dos direitos sociais.

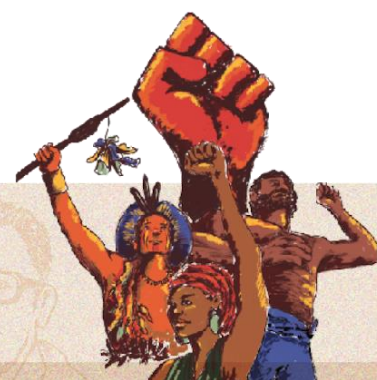
Portanto, entende-se que as expressões da questão social não é algo natural dentro da sociedade capitalista (Netto, 2006), é oriundo do processo histórico e social dentro do modo de produção capitalista, envolvendo as relações sociais e trabalho, que se expressam também na segregação socioespacial. No cenário contemporâneo, as propriedades e o uso do solo tornam-se elementos cruciais para a acumulação de capital, por isso, os quilombos históricos, as ocupações irregulares e favelização são estratégias de sobrevivência e contestação frente à a questão social, tendo como expressão a segregação socioespacial determinada pelo capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A recuperação da memória de resistência da população negra indica estratégia para enfrentamento, criação, gestão e planejamento de políticas públicas sociais frente ao avanço do ultraneoliberalismo na contemporaneidade. Reafirmar a importância da formação sociohistórica do Brasil a partir da análise de uma realidade crítica e sujeitos históricos em movimento é essencial para o fortalecimento da classe trabalhadora que se desenvolve no campo da heterogeneidade, indicando estratégia para o enfrentamento ao racismo estrutural e segregação socioespacial dos indivíduos que formam historicamente violentados. Nesse sentido, a luta de classes, racismo estrutural e da dominação do capitalismo são importantes para interpretação da sociedade brasileira (Almeida, 2018)

Assim, determinou a reprodução de preconceitos, violências, e também o lugar direcionado a população negra diante dos aparatos jurídicos e legais agudizando o empobrecimento e lapidando as hierarquias sociais e raciais, contribuindo, destarte, para o fortalecimento do sistema capitalista que tem como objetivo o lucro e superexploração da mão de obra humana.

Referências



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO **ANTIRRACISTA** NO SERVIÇO SOCIAL

ALMEIDA, Silvio Luiz. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018
DOMINGUES, Petrônio. *Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos histórico*. 2007.
Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?lang=pt> Acessado em 20 de agosto de 2021.

FERNANDES, Florestan. A integração do Negro na Sociedade de. Classes Volume I - 3ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1978. Alves, José.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983

LIMONAD, E. Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização. GEOgraphia, ano 1, n. 1, 1999.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. Racismo e questão social no nascente mercado de trabalho brasileiro. In: XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS. Anais [...]. Vitória, ES: ABEPSS, 2020. p. 1-15.

NEGRI, Silvio Moisés. *Segregação Sócio-Espacial: Alguns Conceitos e Análises*. Coletâneas do Nosso Tempo, Rondonópolis - MT, v. VII, nº 8, p. 129 a 153, 2008.

NETTO, José Paulo. O que é questão social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PATERNIANI, Stella Zagatto. Da branquidade do Estado na ocupação da cidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 31, n. 91, 2016.

SANTOS, Mário Jorge Silva. *A (re)produção da segregação socioespacial na Região Metropolitana de Aracaju (SE): interfaces da ação do Estado e do capital*. 2018. 454 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018

SILVEIRA, Sergio Kelner; MEDEIROS, Carolina Beltrão de. *Nota Técnica 49 – Rede 10 Sergipe: desigualdades raciais e políticas públicas para a juventude negra*. Recife: Núcleo de Inovação Social em Políticas Públicas, Fundação Joaquim Nabuco, 2024.

THEODORO, M. A Sociedade Desigual - Introdução: Rio de Janeiro, Zahar, 2022.

UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS (UBES). *A luta do povo negro não é de hoje: conheça esses movimentos históricos do Brasil*. 2020. Disponível em: <https://www.ubes.org.br/2020/a-luta-do-povo-negro-nao-e-de-hoje-conheca-esses-movimentos-historicos-do-brasil>. Acesso em: 25 abr. 2025.

